



LEI Nº 2.400 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

“Institui, no âmbito do Município de Primavera do Leste - MT, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Adultização Precoce e à Sexualização de Crianças e Adolescentes, denominada Lei FELCA, estabelece diretrizes e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DO MATO GROSSO, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Primavera do Leste-MT, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Adultização Precoce e à Sexualização de Crianças e Adolescentes, denominada Lei FELCA, a ser implementada na forma do regulamento pelo Poder Executivo, respeitada a disponibilidade orçamentária, os princípios da administração pública e a legislação vigente.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Adultização precoce: exposição de crianças e adolescentes a comportamentos, linguagens, vestimentas, responsabilidades ou estéticas típicas da vida adulta, incompatíveis com sua etapa de desenvolvimento, que possam afetar negativamente seu processo de formação integral;

II - Sexualização: indução, estímulo, promoção, exposição ou representação de crianças e adolescentes com conotação sexual ou erotizada, ainda que sem nudez explícita, inclusive por meio de publicidade, eventos, mídias, plataformas digitais ou produções culturais;

III - Ambiente digital: redes sociais, aplicativos, jogos on-line, sites e quaisquer serviços de conexão em rede utilizados por crianças e adolescentes;



IV - Rede de proteção: órgãos e entidades previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de órgãos, programas e serviços municipais que atuem na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º A aplicação desta Lei observará a Constituição Federal, especialmente os arts. 30, I e II, e 227, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Marco Legal da Primeira Infância e demais normas correlatas.

CAPÍTULO II - DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 4º São diretrizes da Lei FELCA no âmbito municipal:

- I - A prioridade absoluta à proteção da criança e do adolescente;
- II - O caráter preventivo, educativo e informativo das ações;
- III - A promoção da educação midiática e do uso seguro e consciente da internet;
- IV - A integração entre órgãos públicos, rede de proteção e sociedade civil organizada;
- V - A cooperação permanente entre o Poder Público, famílias, instituições de ensino e organizações comunitárias;
- VI - A valorização da infância como fase própria de desenvolvimento, livre de pressões adultizantes e sexualizantes.

Art. 5º O Poder Executivo, na forma do regulamento, poderá adotar medidas para o cumprimento desta Lei, dentre as quais:

- I - Promover campanhas permanentes de conscientização e orientação voltadas a pais, responsáveis, escolas e comunidade;
- II - Incentivar a formação continuada de profissionais da rede municipal de educação, saúde, assistência social e cultura, para identificação e prevenção de casos;



III - Fomentar, no sistema municipal de ensino, ações de educação midiática adequadas a cada faixa etária, respeitada a autonomia pedagógica;

IV - Elaborar e disponibilizar materiais educativos de fácil compreensão para a população, inclusive em formatos acessíveis;

V - Estabelecer cooperação técnica com órgãos públicos e privados, nacionais ou internacionais, para troca de informações, capacitação e promoção de boas práticas.

CAPITULO III - EVENTOS E PUBLICIDADE

Art. 6º O Poder Executivo poderá, por meio de regulamentação específica, fixar critérios para a realização de eventos culturais, esportivos, recreativos ou similares com participação de crianças e adolescentes, observando-se:

I - A obrigatoriedade de classificação etária adequada;

II - A vedação de conteúdos, figurinos, coreografias, encenações ou roteiros com conotação sexual;

III - A proteção da imagem e dos dados pessoais, em conformidade com a LGPD e mediante consentimento informado de pais ou responsáveis;

IV - A presença de responsáveis capacitados para zelar pela integridade física e psicológica das crianças durante o evento.

Art. 7º A publicidade veiculada em espaços públicos municipais, ou em meios de comunicação institucionais do Município, deverá observar as normas federais e estaduais aplicáveis, vedando expressamente qualquer conteúdo que promova a sexualização ou adultização precoce de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Executivo
Municipal



PREFEITURA DE
**Primavera
do Leste**

Art. 8º As ações decorrentes desta Lei serão implementadas de forma gradativa, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, podendo ser executadas em parceria com órgãos e entidades da sociedade civil.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, definindo competências, procedimentos, critérios técnicos e instrumentos de monitoramento e avaliação.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 29 de outubro de 2025.

SERGIO MACHNIC
PREFEITO MUNICIPAL

ELO.



LEI Nº 2.400 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

“Institui, no âmbito do Município de Primavera do Leste - MT, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Adultização Precoce e à Sexualização de Crianças e Adolescentes, denominada Lei FELCA, estabelece diretrizes e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DO MATO GROSSO, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Primavera do Leste-MT, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Adultização Precoce e à Sexualização de Crianças e Adolescentes, denominada Lei FELCA, a ser implementada na forma do regulamento pelo Poder Executivo, respeitada a disponibilidade orçamentária, os princípios da administração pública e a legislação vigente.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Adultização precoce: exposição de crianças e adolescentes a comportamentos, linguagens, vestimentas, responsabilidades ou estéticas típicas da vida adulta, incompatíveis com sua etapa de desenvolvimento, que possam afetar negativamente seu processo de formação integral;

II - Sexualização: indução, estímulo, promoção, exposição ou representação de crianças e adolescentes com conotação sexual ou erotizada, ainda que sem nudez explícita, inclusive por meio de publicidade, eventos, mídias, plataformas digitais ou produções culturais;

III - Ambiente digital: redes sociais, aplicativos, jogos on-line, sites e quaisquer serviços de conexão em rede utilizados por crianças e adolescentes;



IV - Rede de proteção: órgãos e entidades previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de órgãos, programas e serviços municipais que atuem na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º A aplicação desta Lei observará a Constituição Federal, especialmente os arts. 30, I e II, e 227, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Marco Legal da Primeira Infância e demais normas correlatas.

CAPÍTULO II - DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 4º São diretrizes da Lei FELCA no âmbito municipal:

- I - A prioridade absoluta à proteção da criança e do adolescente;
- II - O caráter preventivo, educativo e informativo das ações;
- III - A promoção da educação midiática e do uso seguro e consciente da internet;
- IV - A integração entre órgãos públicos, rede de proteção e sociedade civil organizada;
- V - A cooperação permanente entre o Poder Público, famílias, instituições de ensino e organizações comunitárias;
- VI - A valorização da infância como fase própria de desenvolvimento, livre de pressões adultizantes e sexualizantes.

Art. 5º O Poder Executivo, na forma do regulamento, poderá adotar medidas para o cumprimento desta Lei, dentre as quais:

- I - Promover campanhas permanentes de conscientização e orientação voltadas a pais, responsáveis, escolas e comunidade;
- II - Incentivar a formação continuada de profissionais da rede municipal de educação, saúde, assistência social e cultura, para identificação e prevenção de casos;



III - Fomentar, no sistema municipal de ensino, ações de educação midiática adequadas a cada faixa etária, respeitada a autonomia pedagógica;

IV - Elaborar e disponibilizar materiais educativos de fácil compreensão para a população, inclusive em formatos acessíveis;

V - Estabelecer cooperação técnica com órgãos públicos e privados, nacionais ou internacionais, para troca de informações, capacitação e promoção de boas práticas.

CAPITULO III - EVENTOS E PUBLICIDADE

Art. 6º O Poder Executivo poderá, por meio de regulamentação específica, fixar critérios para a realização de eventos culturais, esportivos, recreativos ou similares com participação de crianças e adolescentes, observando-se:

I - A obrigatoriedade de classificação etária adequada;

II - A vedação de conteúdos, figurinos, coreografias, encenações ou roteiros com conotação sexual;

III - A proteção da imagem e dos dados pessoais, em conformidade com a LGPD e mediante consentimento informado de pais ou responsáveis;

IV - A presença de responsáveis capacitados para zelar pela integridade física e psicológica das crianças durante o evento.

Art. 7º A publicidade veiculada em espaços públicos municipais, ou em meios de comunicação institucionais do Município, deverá observar as normas federais e estaduais aplicáveis, vedando expressamente qualquer conteúdo que promova a sexualização ou adultização precoce de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Executivo
Municipal



PREFEITURA DE

**Primavera
do Leste**

Art. 8º As ações decorrentes desta Lei serão implementadas de forma gradativa, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, podendo ser executadas em parceria com órgãos e entidades da sociedade civil.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, definindo competências, procedimentos, critérios técnicos e instrumentos de monitoramento e avaliação.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 29 de outubro de 2025.

SERGIO MACHNIC
PREFEITO MUNICIPAL

ELO.